



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
OBSERVATÓRIO NACIONAL**

PORTARIA ON Nº 274, DE 23 DE MAIO DE 2025

Institui a Comissão de Usuários de Infraestruturas de TI de Uso Compartilhado do Observatório Nacional, e estabelece suas atribuições.

O DIRETOR DO OBSERVATÓRIO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria MCTI nº 7.064, de 24 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 25 de maio de 2023, resolve:

Art. 1º Esta Portaria institui a Comissão de Usuários de Infraestruturas de TI de Uso Compartilhado - CUITI do Observatório Nacional - ON, e estabelece suas atribuições.

Art. 2º A CUITI será constituída da seguinte forma:

- I - 1 (um) representante da Divisão de Tecnologia da Informação - DITIN;
- II - 1 (um) representante da Coordenação de Astronomia e Astrofísica - COAST;
- III - 1 (um) representante da Coordenação de Geofísica - COGEO;
- IV - 1 (um) representante da Divisão de Programas de Pós-Graduação - DIPPG; e
- V - de 3 (três) a 5 (cinco) representantes da comunidade de usuários das infraestruturas.

§ 1º Os membros dos incisos I a IV serão indicados pelos coordenadores e chefes das respectivas unidades e serão designados pelo Diretor do ON.

§ 2º O membro do inciso IV deverá ser indicado dentre os membros internos dos Corpos Docentes Permanentes dos Programas de Pós-graduação do ON.

§ 3º Os membros do inciso V serão indicados pelos grupos de pesquisa que manifestem interesse na utilização das infraestruturas e serão designados pelo Diretor do ON, devendo serem todos externos ao ON.

§ 4º Os membros terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

§ 5º A CUITI será presidida por um de seus membros, designado pelo Diretor do ON.

§ 6º A Secretaria-Executiva da CUITI será exercida pela DITIN.

§ 7º A participação na CUITI será considerada prestação de serviço relevante, não remunerada.

Art. 3º A CUITI reunir-se-á sempre que necessário, por convocação do seu Presidente ou

da maioria dos seus membros.

§ 1º A CUITI sessionará com pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros e deliberará por maioria absoluta.

§ 2º Será lavrada ata de cada reunião da CUITI, na qual constarão a relação dos presentes, os pontos tratados e as decisões adotadas e, uma vez aprovada e assinada pelos presentes, será publicada no Boletim de Comunicação Interna do ON.

Art. 4º. São atribuições da CUITI:

I - assessorar na alocação de recursos das infraestruturas de TI de uso compartilhado, para projetos científicos, tecnológicos e de inovação submetidos por grupos de pesquisa nacionais;

II - indicar revisores ad-hoc, para análise e emissão de recomendações acerca das demandas de projetos submetidos às infraestruturas de TI de uso compartilhado, podendo os próprios membros atuarem como tais quando pertinente;

III - avaliar, com base nas recomendações emitidas, as demandas de uso das infraestruturas de TI de uso compartilhado, assim como pedidos de alteração de projetos em curso, estabelecendo o volume de recursos a serem alocados e, se necessário, as prioridades relativas ao atendimento dos projetos submetidos;

IV - emitir recomendações quanto à admissão, alteração ou extinção de projetos de usuários das infraestruturas de TI de uso compartilhado;

V - apreciar estatísticas e relatórios relativos ao uso das infraestruturas;

VI - avaliar as políticas de uso das infraestruturas e propor as mudanças que julgar apropriadas.

Art. 5º A CUITI deverá trabalhar em forma coordenada com a Comissão de Supervisão das Atividades de Tecnologia da Informação e Comunicação do ON, instituída pela Portaria ON nº 84, de 20 de maio de 2021, e com os responsáveis pelos projetos de implantação das infraestruturas de TI de uso compartilhado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor nesta data e será publicada no Boletim de Comunicação Interna do ON.

JAILSON SOUZA DE ALCANIZ



Documento assinado eletronicamente por **Jailson Souza de Alcaniz, Diretor do Observatório Nacional**, em 23/05/2025, às 17:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12847240** e o código CRC **0A2BF7BD**.